

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Relatório da Administração	12
Notas Explicativas	24

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	59
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	60
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	62
Motivos de Reapresentação	63

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	68.598.861
Preferenciais	0
Total	68.598.861
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	23/04/2013	Dividendo	02/05/2013	Ordinária		0,52323
Reunião do Conselho de Administração	17/09/2013	Dividendo	25/09/2013	Ordinária		0,62616
Assembléia Geral Extraordinária	20/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	04/01/2013	Ordinária		0,01703
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	23/04/2013	Juros sobre Capital Próprio	02/05/2013	Ordinária		0,01832
Assembléia Geral Extraordinária	16/08/2013	Juros sobre Capital Próprio	16/08/2013	Ordinária		0,02162
Assembléia Geral Extraordinária	17/09/2013	Juros sobre Capital Próprio	01/10/2013	Ordinária		0,02601

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	533.159	555.048
1.01	Ativo Circulante	99.087	195.996
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.060	141.429
1.01.02	Aplicações Financeiras	19.626	12.708
1.01.03	Contas a Receber	31.665	41.080
1.01.03.01	Clientes	21.781	19.568
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	9.884	21.512
1.01.03.02.01	Contas a receber - partes relacionadas	16	24
1.01.03.02.02	Empréstimos a partes relacionadas	9.840	21.361
1.01.03.02.03	Outros créditos	28	127
1.01.07	Despesas Antecipadas	736	779
1.02	Ativo Não Circulante	434.072	359.052
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	180.846	70.763
1.02.01.06	Tributos Diferidos	31.263	25.578
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.263	25.578
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	8	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	149.361	45.000
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	149.361	45.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	214	185
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	214	185
1.02.03	Imobilizado	1.075	1.271
1.02.04	Intangível	252.151	287.018

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	533.159	555.048
2.01	Passivo Circulante	140.179	123.990
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.522	2.238
2.01.02	Fornecedores	5.239	4.856
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.239	4.856
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	3.803	3.861
2.01.02.01.02	Cauções contratuais	1.436	995
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.979	15.161
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	79.201	78.382
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.463	2.405
2.01.04.02	Debêntures	76.738	75.977
2.01.05	Outras Obrigações	13.817	14.718
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.142	1.947
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	270	14
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	872	1.933
2.01.05.02	Outros	12.675	12.771
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.218	1.168
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	11.264	11.025
2.01.05.02.07	Contas a Pagar	193	578
2.01.06	Provisões	20.421	8.635
2.01.06.02	Outras Provisões	20.421	8.635
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	20.421	8.635
2.02	Passivo Não Circulante	245.942	310.582
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	166.242	227.287
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.013	3.337
2.02.01.02	Debêntures	165.229	223.950
2.02.02	Outras Obrigações	33.979	40.653
2.02.02.02	Outros	33.979	40.653
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	33.910	40.570
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	69	83
2.02.04	Provisões	45.721	42.642
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.277	1.163
2.02.04.02	Outras Provisões	44.444	41.479
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	44.444	41.479
2.03	Patrimônio Líquido	147.038	120.476
2.03.01	Capital Social Realizado	70.839	68.718
2.03.04	Reservas de Lucros	76.199	51.758
2.03.04.01	Reserva Legal	14.168	13.744
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	62.031	38.014

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	323.841	284.069
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-122.175	-132.828
3.03	Resultado Bruto	201.666	151.241
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.643	-11.382
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.632	-11.394
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-10.101	-10.857
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-531	-537
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	32
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11	-20
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	191.023	139.859
3.06	Resultado Financeiro	-24.762	-29.539
3.06.01	Receitas Financeiras	19.006	21.150
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.768	-50.689
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	166.261	110.320
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-54.098	-35.509
3.08.01	Corrente	-59.783	-46.357
3.08.02	Diferido	5.685	10.848
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	112.163	74.811
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	112.163	74.811
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00163	0,00109
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00163	0,00109

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	112.163	74.811
4.03	Resultado Abrangente do Período	112.163	74.811

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	185.851	150.509
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	185.460	148.204
6.01.01.01	Lucro líquido do período	112.163	74.811
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	39.389	35.984
6.01.01.03	Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	383	852
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-5.685	-10.848
6.01.01.05	Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	4.470	6.075
6.01.01.06	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	-1.671	-1.699
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	559	970
6.01.01.08	Juros e variações monetária de debêntures	32.398	38.430
6.01.01.09	Despesas (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	3.357	2.570
6.01.01.10	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	280	348
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	11.394	6.534
6.01.01.12	Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	-11.577	-5.823
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	391	2.305
6.01.02.01	Contas a receber	-2.213	-2.824
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	8	19
6.01.02.03	Despesas antecipadas	35	-119
6.01.02.04	Impostos a recuperar	2.010	1.157
6.01.02.05	Outros créditos e depósitos judiciais	70	41
6.01.02.06	Fornecedores	-1.332	1.314
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-805	968
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	441	-106
6.01.02.09	Obrigações sociais	284	253
6.01.02.10	Obrigações fiscais	54.644	44.542
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-51.839	-42.642
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-385	-292
6.01.02.13	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-166	-79
6.01.02.14	Credores pela concessão	-361	73
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.969	4.790
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-451	-235
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-2.998	-2.055
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	-95.781	-91.004
6.02.04	Valor resgatado das aplicações financeiras vinculadas	90.261	98.084
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-271.251	-202.891
6.03.02	Empréstimos - pagamentos de principal	-2.382	-3.864
6.03.03	Empréstimos - pagamentos de juros	-443	-756
6.03.05	Debêntures - pagamentos de principal	-67.321	-67.321
6.03.06	Debêntures - pagamentos de juros	-23.037	-30.608
6.03.07	Pagamento de credores pela concessão	-10.530	-10.005
6.03.08	Pagamento de dividendos	-78.847	-85.109
6.03.09	Pagamento de juros sobre o capital próprio	-5.691	-5.228
6.03.11	Empréstimos a partes relacionadas	-83.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-94.369	-47.592

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	141.429	189.021
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.060	141.429

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	68.718	0	51.758	0	0	120.476
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	68.718	0	51.758	0	0	120.476
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.121	0	24.017	-111.739	0	-85.601
5.04.01	Aumentos de Capital	2.121	0	-2.121	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-35.893	-42.954	0	-78.847
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.754	0	-6.754
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	62.031	-62.031	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.163	0	112.163
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.163	0	112.163
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	424	-424	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	424	-424	0	0
5.07	Saldos Finais	70.839	0	76.199	0	0	147.038

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	65.078	0	60.022	0	0	125.100
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	65.078	0	60.022	0	0	125.100
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.640	0	-8.992	-74.083	0	-79.435
5.04.01	Aumentos de Capital	3.640	0	0	-3.640	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-47.006	-26.596	0	-73.602
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.833	0	-5.833
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	38.014	-38.014	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.811	0	74.811
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.811	0	74.811
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	728	-728	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	728	-728	0	0
5.07	Saldos Finais	68.718	0	51.758	0	0	120.476

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	354.192	310.953
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	346.881	306.564
7.01.02	Outras Receitas	7.311	4.389
7.01.02.01	Receita de serviços de construção	4.492	1.920
7.01.02.02	Outras Receitas	2.819	2.469
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-78.908	-96.477
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-22.859	-23.765
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.694	-4.292
7.02.04	Outros	-51.355	-68.420
7.02.04.01	Custo da concessão	-12.635	-15.358
7.02.04.02	Custos dos serviços de construção	-4.492	-1.920
7.02.04.03	Custos de provisão para manutenção em rodovias	-32.221	-49.122
7.02.04.04	Outros	-2.007	-2.020
7.03	Valor Adicionado Bruto	275.284	214.476
7.04	Retenções	-39.389	-35.984
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.389	-35.984
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	235.895	178.492
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.006	21.150
7.06.02	Receitas Financeiras	19.006	21.150
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	254.901	199.642
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	254.901	199.642
7.08.01	Pessoal	14.777	13.920
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.258	9.750
7.08.01.02	Benefícios	3.721	3.330
7.08.01.03	F.G.T.S.	798	840
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	87.118	64.908
7.08.02.01	Federais	69.384	49.213
7.08.02.02	Estaduais	271	239
7.08.02.03	Municipais	17.463	15.456
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.843	46.003
7.08.03.01	Juros	35.220	41.046
7.08.03.02	Aluguéis	1.544	1.383
7.08.03.03	Outras	4.079	3.574
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	110.042	71.171
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.754	5.833
7.08.04.02	Dividendos	42.954	26.596
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	60.334	38.742
7.08.05	Outros	2.121	3.640
7.08.05.01	Integralização de capital	2.121	3.640

Relatório da Administração

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DA CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Companhia” ou “Centrovias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 9 de junho de 1998 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pela SP-310 Rod. Washington Luís (Cordeirópolis a São Carlos), SP-225 Rod. Engenheiro Paulo Nilo Romano (Itirapina a Jaú) e SP-225 Rod. Comandante João Ribeiro de Barros (Jaú a Bauru), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 21 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 19 de junho de 2019. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da praça	Localização	Tarifa (R\$)
Itirapina	SP 310/ KM 217	4,20
Rio Claro	SP 310/ KM 181 + 370	6,90
Brotas	SP 225/ KM 106 + 900	5,90
Dois Córregos	SP 225/ KM 143 + 850	6,70
Jaú	SP 225/ KM 199 + 380	8,70

Relatório da Administração



EVENTOS RELEVANTES

TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Termo Aditivo Modificativo ("TAM") ao Contrato de Concessão entre a ARTESP ("Poder Concedente") e a Companhia. Referido TAM teve como objeto a alteração: (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Companhia, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGP-M, mas com repasse zero aos usuários. Foi determinada a utilização do IGP-M, nos termos originais dos contratos de concessão.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em

Relatório da Administração



favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras e (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

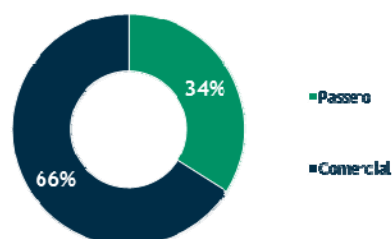
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 56,2 milhões de veículos equivalentes em 2013, 10,8% superior quando comparado ao exercício anterior. O tráfego comercial apresentou crescimento de 13,98% em relação ao ano anterior e o tráfego de passeio aumento de 5,43%. Os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados à evolução da atividade econômica brasileira e incremento do tráfego comercial relacionado ao início da cobrança de eixos suspensos a partir de 28 de julho de 2013, com aumento de 7,9%.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego
Ano 2013

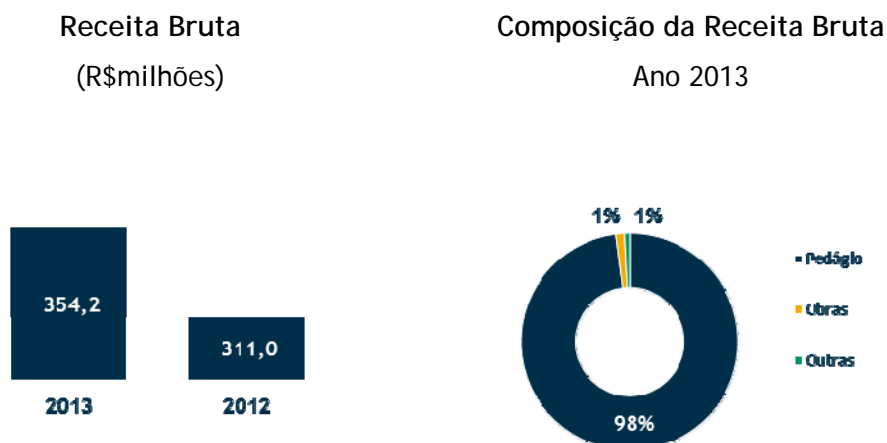


Relatório da Administração



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$354,2 milhões em 2013, com crescimento de 13,9% em relação aos R\$311,0 milhões registrados em 2012.



A receita de pedágio cresceu 13,1%, passando de R\$306,6 milhões em 2012 para R\$346,9 milhões em 2013. As principais razões que levaram ao aumento foram: (i) crescimento do tráfego pedagiado e (ii) incremento do tráfego equivalente devido ao início da cobrança de eixos suspensos a partir de 28 de julho de 2013.

A receita de obras é registrada em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em “Custos dos serviços de construção” em igual valor e, portanto, sem impacto no resultado. Em 2013 registrou acréscimo de R\$2,5 milhões (125%), passando de R\$2,0 milhões para R\$4,5 milhões. Este aumento resultou, essencialmente, da execução das obras de remodelação do dispositivo de acesso e implantação das marginais em Rio Claro.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$2,8 milhões, redução de 10,7% em comparação com 2012.

No ano de 2013, a Companhia obteve receita líquida de R\$323,8 milhões, R\$39,8 milhões superior ao ano de 2012.

Relatório da Administração**Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)**

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Custo dos serviços de construção	(4,5)	(2,0)	125,0%
Serviços de terceiros	(12,9)	(14,9)	-13,4%
Pessoal	(16,7)	(15,9)	5,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(32,2)	(49,1)	-34,4%
Conservação	(9,6)	(8,8)	9,1%
Custos com poder concedente	(8,2)	(9,3)	-11,8%
Seguros e garantias	(1,8)	(1,9)	-5,3%
Remuneração da administração	(0,5)	(0,5)	0,0%
Consumo	(2,8)	(2,3)	21,7%
Outros	(4,2)	(3,5)	20,0%
Custos e despesas	(93,4)	(108,2)	-13,7%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram redução de 13,7% em 2013 em comparação ao exercício de 2012. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- Redução de R\$2,0 milhões em “Serviços de terceiros” em função do encerramento do contrato de vigilância armada nas praças de pedágio com substituição de medidas de segurança alternativas, renegociação do contrato de controle de acesso nas rotas de fuga e suspensão do desconto de 50% de manutenção mensal do usuário do sistema de pagamento eletrônico de pedágio;
- Custos e despesas com “Pessoal” sofreu impacto pelo reajuste salarial anual de 6,8% e, em contrapartida, ocorreu redução em salários e encargos por reestruturações de cargos;
- Redução de R\$16,9 milhões em “Provisão para manutenção em rodovias” em razão de: (i) reavaliação dos critérios de provisão para manutenção nos itens de dispositivos de segurança, sistemas de arrecadação e de tráfego, com a alteração esses itens passaram a ser classificados como intangível e não mais provisionados; (ii) redução de revitalizações de pavimentos e (iii) redução nos custos de manutenção de rodovias que foram provisionados em razão da expectativa de manutenção, segundo o contrato de concessão;

Relatório da Administração



- Acréscimo de 9,1% na rubrica de “Conservação” em função do aumento de gastos com plantio de grama e serviços de revitalização de cercas para adequação ao padrão DER/SP (Departamento de Estradas de Rodagem) nas rodovias SP 225 e SP 310;
- Os “Custos com poder concedente” sofreram redução de R\$1,1milhão, que corresponde a alteração do percentual de recolhimento de 3,0% para 1,5% da receita bruta mensal, excepcionalmente, nos meses de julho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 2013. A redução do índice ocorreu como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13;
- Redução de 5,3% na rubrica “Seguros e garantias” em função de renegociações na renovação das apólices;
- Em “Consumo”, a variação de 21,7% deve-se, a reposição de materiais de consumo, sinalização e reformas nas bases operacionais da polícia militar rodoviária;
- O acréscimo de 20,0% em “Outros” ocorreu em função de: (i) troca da logomarca da empresa nos veículos operacionais; (ii) contratos de arrendamentos operacionais em implantação de softwares corporativos; (iii) reajustes nos valores dos combustíveis e (iv) reajustes dos contratos de transportes de pessoal e locação de veículos.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Receita líquida	323,8	284,1	14,0%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(93,4)	(108,2)	-13,7%
EBITDA ¹	230,4	175,9	31,0%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	32,2	49,1	-34,4%
EBITDA Ajustado	262,6	225,0	16,7%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas

Relatório da Administração



rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercícios fiscais futuros.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2013 em R\$262,6 milhões, com um aumento de 16,7% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado, principalmente, pelo crescimento do tráfego pedagiado e pelo início da cobrança de eixos suspensos a partir de 28 de julho de 2013 na receita da Companhia.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Receitas Financeiras	19,0	21,2	-10,4%
Despesas Financeiras	(43,8)	(50,7)	-13,6%
Resultado Financeiro Líquido	(24,8)	(29,5)	-15,9%

O resultado financeiro líquido de 2013 foi negativo em R\$24,8 milhões, 15,9% menor em relação ao ano de 2012.

As receitas financeiras apresentaram uma redução de 10,4%, que correspondeu a R\$2,2 milhões, esta diminuição está diretamente relacionada à redução das aplicações financeiras decorrentes de resgates de recursos para liquidação dos compromissos da companhia e também à redução da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a qual são remuneradas as aplicações financeiras e os contratos de mútuos.

As despesas financeiras sofreram redução de R\$6,9 milhões (-13,6%) em consequência de: (i) amortização dos saldos de principal e juros das debêntures, (ii) variação menor da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) que é aplicado para a remuneração das debêntures da 1ª série e (iii) variação do IGP-M que é aplicado para a atualização monetária do ônus fixo.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com lucro líquido de R\$112,2 milhões, com acréscimo de 50,0% em comparação ao exercício de 2012. Conforme mencionado

Relatório da Administração



anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) início da cobrança de eixos suspensos e (ii) o aumento no tráfego de veículos pedagiados.

Lucro Líquido (R\$milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2013	31/12/2012	Var.
Dívida Bruta	245,4	305,7	-19,7%
Curto Prazo	79,2	78,4	1,0%
Longo Prazo	166,2	227,3	-26,9%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(66,7)	(154,1)	-56,7%
Dívida Líquida	178,7	151,6	17,9%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento bruto totalizava R\$245,4 milhões, apresentando queda de R\$60,3 milhões (-19,7%) em relação ao ano anterior. A redução da dívida resulta da amortização das parcelas de financiamentos e debêntures durante o período.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2013 em R\$178,7 milhões, apresentando aumento de R\$27,1 milhões em relação ao montante de R\$151,6 milhões registrado no

Relatório da Administração



encerramento do exercício de 2012. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 0,7x, o mesmo registrado no exercício anterior.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários conforme distribuição abaixo representada:

Proventos em dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
Dividendo proposto	23/04/2013	02/05/2013	R\$35,9 milhões
Dividendo intermediário	17/09/2013	25/09/2013	R\$43,0 milhões
Juros sobre o capital próprio	20/12/2012	04/01/2013	R\$ 1,2 milhão
Juros sobre o capital próprio	23/04/2013	02/05/2013	R\$1,3 milhão
Juros sobre o capital próprio	16/08/2013	16/08/2013	R\$1,5 milhão
Juros sobre o capital próprio	17/09/2013	01/10/2013	R\$1,8 milhão

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$25,7 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no contrato, sendo 86,8% (R\$22,3 milhões) deste total destinado às obras de manutenção e conservação das rodovias, dentre as quais vale destacar: (i) a 3ª intervenção de pavimento na SP 310; (ii) a recuperação de estruturas metálicas das praças de pedágio; (iii) a recuperação de obras de artes especiais e (iv) a manutenção da sinalização e dos dispositivos de segurança nas rodovias SP-225 e SP-310.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2013	2012
Empregos diretos	314	317
Rotatividade	2,35%	4,02%

No que concerne à diversidade, a Centrovias apresenta uma participação majoritária de 59,0% de mulheres, contra 41,0% de homens. A média de idade está concentrada em 34 anos. A base

Relatório da Administração



de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 83,2% dos profissionais. Vale mencionar que 13,0% possuem superior completo.

Ao longo de 2013, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 8.590 horas de treinamento, o que corresponde, em média, de 27 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Centrovias tem como compromisso manter um relacionamento com as comunidades inseridas em sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio ambiente.

Educação

O Projeto Escola, desenvolvido desde 2001, tem como proposta “Educar para Humanizar o Trânsito”. No ano de 2013, o projeto obteve o envolvimento direto de 2.534 educadores e 43.688 educandos de 68 escolas públicas localizadas nas áreas de influência da Companhia. Também foram desenvolvidos pelo Projeto Escola os programas: Viva Motorista (795 atendimentos); Viva Motociclista (1.383 atendimentos); Viva Ciclista (924 atendimentos) e Passarela Viva (779 atendimentos).

Saúde

O Programa “Viva Saúde” voltado ao bem-estar dos caminhoneiros é dirigido aos usuários que transitam pelas rodovias administradas pela Companhia. O objetivo é permitir o acesso a orientações e exames que alertem para problemas de saúde que possam interferir no exercício de sua profissão e na condução dos veículos. Em 2013, 249 pessoas foram beneficiadas pelo programa.

Em 2013, a Companhia também apoiou o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON, com base na lei nº 12.715 de 17/09/2012. O projeto apoiado foi o da Fundação Doutor Amaral Carvalho - Jaú/SP. O montante destinado ao projeto durante o ano foi de R\$75 mil.

Relatório da Administração



Cultura

Em 2013, a Companhia também apoiou diversos projetos culturais com base nas leis de incentivos fiscais (Lei Rouanet). Esses projetos tiveram como foco a promoção da cultura nas áreas onde a Companhia atua. O montante destinado aos projetos artísticos e culturais durante o ano foi de R\$961,0 mil.

Esporte

Em 2013, a Companhia também apoiou projetos esportivos, com base nas leis de incentivos fiscais (Lei nº. 11.438/2006), e projetos municipais. Os principais projetos para os quais foram destinados recursos durante o exercício foram: Equipe de Natação APANASC - São Carlos/SP, Associação Marcos Mercadante de Judô "Kimono de Ouro" Araras/SP e Esporte Clube Pinheiros São Paulo/SP. O montante destinado aos projetos esportivos e municipais durante o ano foi de R\$239,3 mil.

Ambiental

Seja por meio de apoio a projetos desenvolvidos nas regiões onde está presente, a Centrovias desenvolveu várias ações de caráter educativo e de conscientização, tanto de seus funcionários como da população dos municípios inseridos na área de concessão. Cabe destacar o plantio de 291.408 mil mudas de árvores nativas em áreas degradadas e de mata ciliar desde o início da concessão até dezembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor

Relatório da Administração



Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Diretoria

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Márcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro

Contador

Antonio Marques dos Santos
CRC - 1 SP 141.955/O-3

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 16/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituída pelas Rodovias SP-310 (Washington Luís) de São Carlos a Cordeirópolis, SP-225 (Engenheiro Paulo Nilo Romano) de Itirapina a Jaú e SP-225 (Comandante João Ribeiro de Barros) de Jaú a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

A emissão das Demonstrações Financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2014.

2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica "Credores pela concessão", conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 10 e nº 15, respectivamente.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio eram reajustadas no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes. Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente.

Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente a outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram totalmente cumpridos:

Na SP-225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 91 + 429 e 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 183 + 850 e 235 + 040.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os montantes de R\$17.442 e R\$20.626 respectivamente referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$168.498 e R\$174.296 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do Contrato de Concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2013 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo que podem resultar ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de descontos a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade da ocorrência de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação à estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As demonstrações financeiras sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade anuais estão descritas a seguir:

Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela interpretação técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade dos Contratos de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às empresas do Grupo Arteris. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria "empréstimos e recebíveis", descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização, como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4.3. Intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos,

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos**a) Classificação como dívida ou patrimônio**

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 15.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica "Credores pela concessão", registrado no passivo circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações originaram-se.

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

A constituição do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica "Intangível", na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado individual, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis conforme a nota explicativa nº 8.

4.8. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos efetuados pela Sociedade na figura de arrendatária, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2013. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Credores da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade, relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Os saldos reais e o valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

Circulantes	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para manutenção em rodovias - real	21.276	8.924
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	20.421	8.635
Efeito do ajuste a valor presente	(855)	(289)
Credores pela concessão - real (*)	11.555	11.300
Credores pela concessão a valor presente (*)	11.264	11.025
Efeito do ajuste a valor presente	(291)	(275)
Não circulantes	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para manutenção em rodovias - real	50.466	48.450
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	44.444	41.479
Efeito do ajuste a valor presente	(6.022)	(6.971)
Credores pela concessão - real (*)	38.734	47.449
Credores pela concessão a valor presente (*)	33.910	40.570
Efeito do ajuste a valor presente	(4.824)	(6.879)

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.11. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no Contrato de Concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

4.13. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15. Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros-Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimentos	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

- a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e
- b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros	(a)
IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 - Modificações a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgação de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC - 12	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "Joint Ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

- a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Em 1º de janeiro de 2013, entraram em vigor as novas e revisadas normas contábeis acima, que introduziram algumas modificações nas práticas adotadas até o exercício anterior. Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado.

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e contas bancárias	2.211	2.063
Aplicações financeiras (*)	44.849	139.366
Total	<u>47.060</u>	<u>141.429</u>

(*) Representadas por aplicações em cotas de fundos de investimentos, com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição.

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 100,36% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico a receber (a)	20.759	17.816
Cupons de pedágio a receber	570	1.305
Cartões de pedágio a receber	84	91
Receitas acessórias a receber	368	356
Total	<u>21.781</u>	<u>19.568</u>

(a) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2013. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o valor dessa aplicação é de R\$19.626 (R\$12.708 em 31 de dezembro de 2012), essas aplicações foram remuneradas na média a 98,13% da variação do CDI.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	31/12/2013	31/12/2012
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	1.277	1.163
Direito de concessão incorporado (b)	(2.463)	(2.918)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis: (c)		
Provisão para manutenção	28.715	50.114
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	64.865	28.260
Ajustes dos encargos financeiros	(444)	(1.390)
Base de cálculo	91.950	75.229
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	31.263	25.578

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções;
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente;
- (c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

Em atendimento ao CPC 32 foram demonstrados os efeitos da Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos pelo seu valor líquido.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em	Ativo Não Circulante
2014	1.220
2015	5.185
2016	5.220
Após 2017	19.638
	31.263

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Custo do imobilizado bruto	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Total
Saldo em 31/12/2011	851	2.794	102	3.747
Adições	43	173	-	216
Alienações e baixas	(46)	(192)	-	(238)
Saldo em 31/12/2012	848	2.775	102	3.725
Adições	63	153	-	216
Alienações e baixas	(36)	(17)	-	(53)
Saldo em 31/12/2013	875	2.911	102	3.888
Depreciação acumulada				
Saldo em 31/12/2011	(352)	(1.625)	(75)	(2.052)
Depreciação	(82)	(409)	(29)	(520)
Alienações e baixas	32	84	2	118
Saldo em 31/12/2012	(402)	(1.950)	(102)	(2.454)
Depreciação	(78)	(293)	-	(371)
Alienações e baixas	5	7	-	12
Saldo em 31/12/2013	(475)	(2.236)	(102)	(2.813)
Imobilizado líquido				
Saldo em 31/12/2012	446	825	-	1.271
Saldo em 31/12/2013	400	675	-	1.075
Taxa anual de depreciação	10%	20%	20%	

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Custo do intangível bruto	Intangível em rodovia obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2011	575.992	40.280	9.474	1.625	1.169	628.540
Adições	1.995	-	-	283	-	2.278
Alienações e baixas	(890)	-	-	-	-	(890)
Saldo em 31/12/2012	577.097	40.280	9.474	1.908	1.169	629.928
Adições	4.140	-	-	353	-	4.493
Baixas	(310)	-	-	(83)	-	(393)
Transferências	1.169	-	-	-	(1.169)	-
Saldo em 31/12/2013	582.096	40.280	9.474	2.178	-	634.028
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2011	(274.763)	(26.048)	(5.966)	(827)	-	(307.604)
Amortização	(33.137)	(1.720)	(434)	(173)	-	(35.464)
Alienações e baixas	158	-	-	-	-	158
Saldo em 31/12/2012	(307.742)	(27.768)	(6.400)	(1.000)	-	(342.910)
Amortização	(36.484)	(1.812)	(490)	(232)	-	(39.018)
Alienações e baixas	51	-	-	-	-	51
Saldo em 31/12/2013	(344.175)	(29.580)	(6.890)	(1.232)	-	(381.877)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2012	269.355	12.512	3.074	908	1.169	287.018
Saldo em 31/12/2013	237.921	10.700	2.584	946	-	252.151
Taxa anual de amortização	16%	16%	16%	16%	-	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão;
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente, conforme nota explicativa nº 15;
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Centrovias. Em exercícios anteriores, essa rubrica era denominada "Ágio incorporado". Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para "Direito de outorga incorporado". Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	Encargos anuais	31/12/2013	31/12/2012
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,30% a.a.	2.463	2.405
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,30% a.a.	1.013	3.337

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2015	1.013
	<u>1.013</u>

Em 31 de dezembro de 2013 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das Demonstrações Financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	31/12/2013		31/12/2012	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	67.690	16.847	67.773	84.168
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	9.460	148.676	8.802	140.475
	406.131			77.150	165.523	76.575	224.643
Custo de transação				(412)	(294)	(598)	(693)
Total				<u>76.738</u>	<u>165.229</u>	<u>75.977</u>	<u>223.950</u>

CDI - Certificado de Depósito Interbancário;

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor real unitário em 31 de dezembro de 2013 de R\$1 (mil Reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor real em 31/12/2013	Data integralização	Valor subscrito
1ª Série	15/03/2010	286.131	26/04/2010	289.313
2ª Série	15/03/2010	120.000	27/04/2010	121.899
Total		<u>406.131</u>		<u>411.212</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro desde março de 2011, e é amortizada trimestralmente desde 15 de março de 2011.

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas séries apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2015	85.384
2016	39.876
2017	39.969
	165.229

As debêntures da 1ª e 2ª série contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública", arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Sociedade. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento ("Sinking Fund"), conforme descrito na nota explicativa nº 7.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuo para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e as transações realizadas com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2013	31/12/2012
<u>Ativo circulante</u>		
Empréstimos:		
Arteris (b)	9.840	21.361
Contas a receber:		
Arteris	12	4
Autovias	3	3
Intervias	-	17
Fluminense	<u>1</u>	<u>-</u>
	16	24
<u>Ativo não circulante</u>		
Empréstimos:		
Arteris (b)	149.361	45.000
<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores:		
Latina Manutenção (a)	724	1.633
Latina Sinalização (a)	<u>148</u>	<u>300</u>
	872	1.933
Contas a pagar:		
Arteris	270	7
Autovias	-	4
Intervias	<u>-</u>	<u>3</u>
	270	14
Juros sobre capital próprio:		
Arteris	1.218	1.168

	31/12/2013		31/12/2012	
	Conservação da rodovia	Receita financeira	Conservação da rodovia	Receita financeira
Contas de resultado:				
Arteris (b)	-	11.577	-	7.023
Paulista	-	-	955	-
Gerenciamento (a)				
Latina Manutenção (a)	10.466	-	18.636	-
Latina Sinalização (a)	2.198	-	2.375	-
Total	<u>12.664</u>	<u>11.577</u>	<u>21.966</u>	<u>7.023</u>

- (a) Referem-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Arteris S.A. ("Arteris").
- (b) As receitas financeiras referem - se a empréstimo que teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A. ("Arteris") e é composto por seis contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do Principal	Juros	
				31/12/2013	31/12/2012
Agosto/2008(*)	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	20.000	12.138	9.820
Setembro/2008(*)	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	15.000	8.899	7.175
Dezembro/2008(*)	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	2.000	1.107	883
Dezembro/2008(*)	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	4.375	3.483
Abril/2013(**)	Abril/2016	CDI + 1,7% a.a.	53.000	3.255	-
Junho/2013(***)	Junho/2016	CDI + 1,7% a.a.	30.000	1.427	-
Total			<u>128.000</u>	<u>31.201</u>	<u>21.361</u>

(*) Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2014 e o principal terá seu vencimento em dezembro de 2015.

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

(**) Os juros vencerão anualmente a partir de abril de 2014 e o principal terá seu vencimento em abril de 2016.

(***) Os juros vencerão anualmente a partir de junho de 2014 e o principal terá seu vencimento em junho de 2016.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade reconheceu o montante de R\$531 (R\$537 em 31 de dezembro de 2012), a título de remuneração de seus administradores. Os Administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou outras partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual da Sociedade. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação no Lucro e Resultado (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$929 e R\$820.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e ex-empregados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de ex-empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda	11.221	8.747
Contribuição Social	4.548	3.515
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	237	225
Programa de Integração Social (PIS)	201	180
Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS)	929	829
Outros tributos federais	180	214
Imposto sobre serviços (ISS)	1.663	1.451
Total	18.979	15.161

15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão vem sendo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em(*)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante				
Direito de outorga - parcela fixa	10.802	10.204	11.093	10.479
Parcela variável (a)	462	821	462	821
Total	11.264	11.025	11.555	11.300
	Valor presente		Valor real (*)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Não circulante				
Direito de outorga - parcela fixa	33.910	40.570	38.735	47.449

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13. Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente a outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2013 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo de parcelas	12	41	53

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ao Poder Concedente foi de R\$19.047 (R\$10.530 de parcela fixa e R\$8.517 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas ao saldo a valor real classificado no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Ano de vencimento</u>	
2015	11.337
2016	11.337
2017	11.337
Acima de 2018	4.724
	<u>38.735</u>

16. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são conforme segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31/12/2013</u>
Cíveis	378	122	(134)	(93)	273
Trabalhistas	785	372	(80)	(73)	1.004
Total	1.163	494	(214)	(166)	1.277

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis	203	254	(1)	(78)	378
Trabalhistas	691	101	(6)	(1)	785
Total	894	355	(7)	(79)	1.163

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$548 e R\$126, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2013 (R\$609 e R\$260, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização das provisões de manutenção é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

de construção e melhorias, sendo considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é conforme segue:

Provisões	Circulante	Não circulante
	Manutenção em rodovias	Manutenção em rodovias
Saldos em 31/12/2012	8.635	41.479
Adições	-	19.835
Utilizações	(8.441)	-
Ajuste a valor presente	-	3.357
Transferências	20.227	(20.227)
Saldos em 31/12/2013	20.421	44.444

Provisões	Circulante	Não circulante
	Manutenção em rodovias	Manutenção em rodovias
Saldos em 31/12/2011	9.397	31.613
Adições	-	31.723
Utilizações	(25.240)	-
Ajuste a valor presente	-	2.621
Transferências	24.478	(24.478)
Saldos em 31/12/2012	8.635	41.479

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, referentes às manutenções realizadas foram de R\$22.260 (R\$39.168 em 31 de dezembro de 2012).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R\$104.798 e está representado por 101.483.834 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Quantidade de ações subscritas	31/12/2013	
		Quantidade de ações Integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	101.483.834	68.598.861	100,00

Acionista	Quantidade de ações subscritas	31/12/2012	
		Quantidade de ações Integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	101.483.834	66.544.937	100,00

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros, prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram pagos dividendos no montante de R\$38.014, sendo R\$35.893 dividendo adicional proposto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e R\$2.121 foram deliberados para integralização de capital.

Em 25 de setembro de 2013 a Sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2013 no montante de R\$42.954, mediante a utilização dos saldos da conta de reservas de lucros a título de dividendos declarados na Reunião do Conselho de Administração de 17 de setembro de 2013.

O cálculo dos dividendos estatutários, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, está demonstrado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	112.163	74.811
Reserva legal de 5%	(424)	(728)
Base de cálculo	111.739	74.083
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u>27.935</u>	<u>18.521</u>
Distribuição de dividendos intermediários:		
Juros sobre capital próprio (*)	5.742	4.958
Dividendos intermediários	42.954	26.596
Dividendos distribuídos no exercício	<u>48.696</u>	<u>31.554</u>
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	<u>20.761</u>	<u>13.033</u>

(*) Valores líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF calculado à alíquota de 15%.

Dividendos por ação distribuídos no exercício

1,4087

A Administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2013, totalizando R\$62.031 a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária (R\$38.014 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$5.742, líquido de R\$1.012, referente ao imposto de renda retido na fonte, dos quais R\$4.523 foram pagos no período findo em 31 de dezembro de 2013.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de serviços prestados	346.881	306.564
Receita de serviços de construção	4.492	1.920
Outras receitas	2.819	2.469
	<u>354.192</u>	<u>310.953</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta	354.192	310.953
ISSQN	(17.463)	(15.456)
PIS	(2.295)	(2.036)
COFINS	(10.593)	(9.392)
Receita líquida	<u>323.841</u>	<u>284.069</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31/12/2013	31/12/2012
Custos		
Custo de construção	4.492	1.920
Com pessoal	12.468	11.827
Serviços de terceiros	9.534	10.675
Depreciação / amortização	39.018	35.509
Custos com poder concedente	8.160	9.286
Seguros / garantias	1.764	1.868
Conservação	9.618	8.792
Provisão para Manutenção em rodovias	32.221	49.122
Outros	4.900	3.829
Total	<u>122.175</u>	<u>132.828</u>

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Despesas		
Com pessoal	4.176	3.833
Serviços de terceiros	3.439	4.248
Depreciação / amortização	371	475
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	256	689
Seguros / garantias	10	11
Consumo	1.244	1.129
Transporte	431	381
Outros	174	91
Total	<u>10.101</u>	<u>10.857</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	11.577	5.823
Aplicações financeiras	7.039	14.866
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	51
Outras receitas	390	410
Total receitas	<u>19.006</u>	<u>21.150</u>

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(32.758)	(38.838)
Atualização monetária do ônus da Concessão	(4.475)	(6.072)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(3.357)	(2.621)
Outras despesas	(3.178)	(3.158)
Total despesas	<u>(43.768)</u>	<u>(50.689)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisições de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	1.260	204
Juros sobre capital próprio em obrigações a pagar	1.218	1.168
Integralização de Capital	2.121	3.640

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	166.261	110.320
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(56.529)	(37.509)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	2.297	1.983
Efeito de adições e exclusões	134	17
Despesa contabilizada	(54.098)	(35.509)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(59.783)	(46.357)
Diferidos	5.685	10.848
	(54.098)	(35.509)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de dezembro de 2013.

Até a conclusão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta MP, para o exercício de 2014.

23. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

<u>Básico</u>	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	112.163	74.811
Número de ações durante o ano	68.599	66.545
Lucro por ação - básico	1,6351	1,1242
 <u>Diluído</u>		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	112.163	74.811
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	67.743	61.132
Lucro por ação - diluído	1,6557	1,2238

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	47.060	141.429
Aplicações financeiras vinculadas	19.626	12.708
Contas a receber de clientes	21.781	19.568
Partes relacionadas	159.217	66.385
Outras contas a receber	28	127
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Passivos		
Fornecedores e cauções	5.308	4.939
Empréstimos e financiamentos	3.476	5.742
Debêntures	241.967	299.927
Partes relacionadas	2.360	3.115
Credores pela concessão	45.174	51.595
Outras contas a pagar	193	578

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em Reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Indicadores	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
	(provável)	(+ 25%)	(- 25%)	(+ 50%)
CDI	11%	13,75%	8,25%	16,50%
Juros a incorrer (*)	(6.872)	(8.276)	(5.442)	(9.654)
Receitas de aplicações financeiras	7.163	8.954	5.372	10.745
Receitas financeiras de mútuo	20.074	24.497	15.647	28.902
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros a incorrer (*)	(219)	(221)	(219)	(221)
IPCA	5,90%	7,38%	4,43%	8,85%
Juros a incorrer (*)	(21.752)	(24.477)	(19.082)	(27.221)
Juros a incorrer, Líquidos	(1.606)	477	(3.724)	2.551

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelas IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade apresentava valores a receber das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., DBtrans S.A. e Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. de R\$20.613, R\$14 e R\$132, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber". Em 31 de dezembro de 2012 esse saldo era de R\$17.816 com a CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A..

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação de contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
	efetiva % a.a.					
Debêntures	13,0	85.983	158.055	114.525	90.705	449.268
BNDES automático	9,3	2.283	583	-	-	2.866
Credores pela concessão	5,7	11.264	9.925	9.925	14.060	45.174
		<u>99.530</u>	<u>168.563</u>	<u>124.450</u>	<u>104.765</u>	<u>497.308</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais e de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial de obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2013 as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	27.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	122.025

(*) Por sinistro.

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Itirapina - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras.

Ribeirão Preto, 25 de fevereiro de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1SP 139268/O-6

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1SP 124504/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A Sociedade não possui Conselho Fiscal constituído.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Itirapina, 25 de fevereiro de 2014.

Diretoria:

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Itirapina, 25 de fevereiro de 2014.

Diretoria:

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	alteração da escala da quantidade de ações